



» LAEZIA BEZERRA
Especial para o Correio

Mulheres de diversas regiões da capital federal fizeram uma manifestação pelo fim da violência gênero na Feira da Torre de TV, ontem. Participaram lideranças de movimentos locais, políticos, ministras e da primeira-dama Janja da Silva. Duzentas entidades voltadas a causas em prol das mulheres estiveram no ato, que, de acordo com a organização, reuniu cerca de três mil pessoas.

O movimento Levante Mulheres Vivas aconteceu em pelo menos 20 estados, além do Distrito Federal, para denunciar o aumento do número de casos de feminicídio e protestar contra todas as formas de violência dos direitos das mulheres, para que possam viver com liberdade, respeito e segurança. Na capital, em meio aos pronunciamentos e frases como "não queremos flores, queremos viver", a manifestação também foi marcada pela revolta contra os feminicídios no DF, em especial o 26º caso, ocorrido na última sexta-feira, que vitimou a cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos, de 25 anos, assassinada por um soldado dentro do quartel onde trabalhavam.

A primeira-dama discursou pedindo o fim da violência que atinge mulheres e famílias em todo o país, inclusive, em plena capital do país. "Precisamos de uma legislação mais dura para combater o feminicídio; políticas públicas nós temos, o que falta é vergonha na cara dos homens."

Ao **Correio**, Janja mostrou sua indignação sobre a morte brutal da jovem militar. "O feminicídio cometido contra a jovem Maria de Lourdes, aqui no Distrito Federal, é mais um caso cruel de apagamento da nossa identidade. Eles nos matam, nos violam, querem nosso fim. Para o assassino de Maria de Lourdes, as facadas que violentamente tiraram sua vida não bastaram. Ele ainda ateou fogo no local, nos deixando um recado claro: querem nossas vidas e nossas histórias aniquiladas", afirmou a primeira-dama.

Janja falou ainda sobre o sofrimento das famílias e o quanto as mulheres estão expostas à violência: "O ódio às mulheres mata diariamente, interrompe sonhos, faz famílias desmoronarem. Espalha dor e sofrimento, deixando mães sem filhas e filhos sem mães, em todas as regiões do Brasil".

Por fim, a primeira-dama comentou a vulnerabilidade das mulheres em todos os lugares. "Cada caso de violência contra as mulheres nos mostra que estamos vulneráveis não só nas ruas, mas em nossos locais de trabalho e dentro de nossas casas. Não podemos mais viver com medo de existir e não vamos nos calar diante da violência sofrida por nenhuma de nós", conclui.

Também ao **Correio**, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, destacou que o ato ocorre exatamente em uma semana que termina profundamente triste para o Brasil, com a morte de Maria de Lourdes. "Esse ato é pela coletividade, pela vida das mulheres, por respeito. É inadministrável seguirmos no país desse jeito. Essa luta é de todos os dias, para nos mantermos vivas, uma luta por todas nós, porque nós queremos viver", ressaltou.

Sapatos vermelhos

Sobrevivente de uma tentativa de feminicídio em 1º de janeiro de 2020, Ana Cleia Holanda levou cinco facadas desferidas pelo ex-companheiro, com quem foi casada por sete anos. Ela ficou meses em cadeia de rodas, com a tibia fraturada em três lugares, sem movimento em uma das mãos e sem perda total de audição de um dos ouvidos. Ela convive, no entanto, com a frustração de saber que o agressor confessou do crime teve a pena convertida para tentativa de homicídio.

À reportagem, desabafou: "Eu me sinto extremamente frustrada, nunca recebi recompensa nem por parte do agressor nem do Estado. Sou a primeira mulher que viu uma tentativa

de feminicídio ser convertida para tentativa de homicídio simples. Fui vítima, fiquei com sequelas, e meu agressor jamais responderá por tentativa de feminicídio. A Justiça não enendeu essa agressão comigo e com isso, a Lei Maria da Penha, que protege a mulher, é enfraquecida e cada vez mais a violência aumenta".

Hoje, ela dirige a ONG Movimento Social Humanitário Pastora Ana Cleia, que presta apoio a mulheres em vulnerabilidade.

Maria das Neves Filha, presidente da União Brasileira de Mulheres do Distrito Federal (UBM), trazia nas mãos um par de sapatos vermelhos, em alusão ao movimento. "Queremos as mulheres vivas, sonhando, lutando, livres para trabalhar, para ir e vir

Esse nosso momento de muita revolta, em que nos sensibilizamos com um conjunto de feminicídios e tentativas. Nessa semana, uma mulher, uma menina ainda, foi morta e carbonizada no Distrito Federal", lembrou. Os sapatos vermelhos se tornaram símbolo mundial da luta, para lembrar cada vida interrompida de meninas e mulheres. "Esse é o nosso grito, para dizermos que não sofreremos caladas e, por isso, convocamos os homens também para gritar por nós, porque quem nos mata são eles, por causa de uma cultura patriarcal, de ódio e menosprezo. O sapato vermelho representa todas aquelas que não podem estar aqui hoje, pois tiveram sua caminhada interrompida", completou.

Pelo fim da violência contra a mulher

Movimento em Brasília reuniu cerca de três mil pessoas. O 26º feminicídio ocorrido na capital, da cabo Maria de Lourdes Freire Matos, assassinada por um soldado, foi lembrado com indignação

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Duzentos movimentos participaram do ato, que reuniu mais de três mil pessoas, segundo a organização

Zuleika de Souza



A primeira-dama Janja da Silva e ministras de Estado também se pronunciaram no ato

Laézia Bezerra



Maria Filha lembrou o simbolismo dos sapatos vermelhos

Para o assassino de Maria de Lourdes, as facadas que violentamente tiraram sua vida não bastaram. Ele ainda ateou fogo no local, nos deixando um recado claro: querem nossas vidas e nossas histórias aniquiladas", afirmou a primeira-dama"

Janja da Silva, primeira-dama

Esse é o nosso grito, para dizermos que não sofreremos caladas e, por isso, convocamos os homens também para gritar por nós, porque quem nos mata são eles, por causa de uma cultura patriarcal, de ódio e menosprezo"

Maria das Neves Filha, presidente da UBM

Machismo estrutural

Claudia Regina Vieira Lima é presidente do Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, entidade que recebe e capacita cerca de mil mulheres em São Sebastião. Ela lamentou o fato de mulheres serem mortas todos os dias, simplesmente por serem mulheres. "Basta de feminicídio, chega de nos matarem, é uma vergonha nacional o que vivemos. Nessa sexta-feira, mais uma mulher de apenas 25 tombou e teve sua vida ceifada por um homem. Precisamos nos libertar desse machismo estrutural imposto a nossa sociedade."

"Estamos aqui nesse levante para gravar um marco na história do

Brasil de todas as mulheres responderem juntas à sociedade brasileira que não vamos tolerar perder mais nenhuma de nós. Temos mulheres de todas as diversidades neste evento, autoridades e movimentos sociais, em prol da vida. Na sexta-feira, perdemos mais uma mulher, queremos continuar vivas", disse Ana Carolina Oliveira Tessmann, coordenadora do Levante Mulheres Vivas no DF. Para ela, faltam políticas públicas.

O Levante Mulheres Vivas apontou ainda a fragilidade da rede de apoio e proteção prevista em lei e a disseminação de discursos de ódio contra mulheres nas redes sociais como sendo um agravante do cenário de violência.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao Leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

Justiça Militar quer o caso

» ANA CAROLINA ALVES
» MALCIA AFONSO

A família de Maria de Lourdes Freire Matos, 25, vítima de feminicídio na sexta-feira no 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG), no Setor Militar Urbano, está apreensiva e indignada com o que considera um revés no caso. O Superior Tribunal Militar (STM) pediu que, por se tratar de crime cometido por militar contra outra, em local sujeito à administração dessa esfera, o autor, Kelvin Barros da Silva, deve ser julgado pela Justiça Militar da União (JMU).

A advogada criminalista Leila Santiago — representante da família da vítima e assistente de acusação — disse ter ficado estarelecida. "Na Justiça comum, o feminicídio é crime autônomo com pena de 20 a 40 anos. A Justiça Militar ainda tem o feminicídio como qualificadora, ou seja, um homicídio com o fato de matar uma mulher ser a qualificadora. Isso traz uma pena de 12 a 20 anos", explicou.

Apesar da transferência ainda não ser definitiva, a advogada já considera a possibilidade devastadora. "Aguardamos o juiz do Tribunal do Júri se manifestar e, após isso, o Ministério Público e nós, da assistência de acusação, podemos nos manifestar também. Não permitiremos outra violência/violação contra a Maria", ressaltou. Após as manifestações, caberá ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) definir quem julgará o caso.

A prisão preventiva de Kelvin foi decidida na primeira audiência de custódia, no sábado, no Núcleo de Audiência de Custódia (NAC). Na segunda oitiva, promovida pela JMU, o Ministério Público Militar (MPM) também pediu a conversão da prisão em preventiva. Segundo o STM, a defesa alegou legítima defesa e pediu liberdade provisória. Até o fechamento desta edição, a Defensoria Pública do DF era responsável pela defesa do soldado e não deu retorno à reportagem.

O juiz federal da JMU responsável, Frederico Magno De Melo Veras, homologou a prisão preventiva e enviou o comunicado ao Tribunal do Júri do DF sobre a competência da JMU para conduzir o caso.

Ivonete Granjeiro, advogada e consultora legislativa de direitos humanos da Câmara Legislativa do DF (CLDF), explica que o julgamento será definido a depender do que os fatos investigados apresentarem como a motivação do crime. "O Código Penal Militar preceitua que militar que mata mulher, em instalações militares, a Justiça competente é a militar. Todavia, o caso específico pode não ter relação com a atividade militar", afirma. "Se era uma questão de hierarquia, por exemplo, a competência é da Justiça Militar. Mas, se não tinha nada a ver com a atividade militar, e o homicídio/feminicídio ocorreu por questão de gênero, a competência é da Justiça comum", resumiu.

Para ela, as diferentes versões apresentadas pelo autor podem confundir as investigações.

Kelvin esfaqueou a vítima no pescoço, ateou fogo ao quartel e fugiu. Capturado pouco tempo depois por agentes da 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), ele confessou o crime na delegacia, mas apresentou cinco versões, uma delas negando o assassinato.

O soldado, que é do 1º RCG, conhecido como Dragões da Independência — responsável pela segurança cerimonial do presidente da República — foi autuado por feminicídio, furto de arma de fogo, incêndio e fraude processual.

Reprodução Redes Sociais



Se caso for para Justiça Militar, pena será menor